Bolsas — Na quinta-feira: 1,38% São Paulo; 1,66% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 104.700 / 105.071 (6/3, 7/3, 8/3, 9/3)

Dólar — Na quinta-feira: R$ 5,141 (+0,02%)

Últimos	
3/março	5,200
6/março	5,169
7/março	5,194
8/março	5,140

Salário mínimo — R$ 1.302

Euro — Comercial, venda na quinta-feira: R$ 5,438

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,65%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53

TRABALHO

Conforme dados do Caged, volume de postos com carteira assinada gerados no primeiro mês do ano é 50,2% menor do que o registrado no mesmo período de 2022. Resultado, embora positivo, é o pior da série, considerando a nova metodologia

Em janeiro, país cria 83,3 mil vagas formais

» FERNANDA STRICKLAND

O mercado de trabalho formal registrou a criação de 83.297 vagas em janeiro. Mesmo com saldo positivo, o dado foi o pior resultado para o mês da série histórica do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, iniciada em janeiro de 2020 com nova metodologia. Em relação a janeiro do ano passado, quando foram criados 167.269 empregos formais, houve queda de 50,2%, ou seja, metade do volume de postos gerados no primeiro mês de 2021.

O dado positivo do Caged de janeiro é resultado de um número maior de contratações do que de demissões no mercado formal de trabalho. No primeiro mês do ano, foram registrados 1.874.226 admissões e 1.790.929 desligamentos. Conforme os dados do ministério, a geração de vagas formais ocorreu em 16 das 27 unidades da federação, conforme os números do Caged.

Quatro dos cinco principais setores pesquisados pelo Caged criaram vagas em janeiro, com exceção do comércio, que apresentou fechamento de 53.524 vagas. Já o setor de serviços teve um saldo positivo de 40.686 novos postos formais de trabalho, com destaque para o setor da administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais.

O relatório revela ainda que o salário médio real (descontada a inflação) de admissão no mês alcançou R$ 2.012,76, enquanto o salário médio real de desligamento foi de R$ 2.034,98. Em janeiro de 2022, esses valores eram de R$ 2.021,49 e R$ 1.977,89 respectivamente. O salário médio de admissão dos homens chegou a R$ 2.096,25, enquanto o das mulheres alcançou R$ 1.887,60, ou seja, 10% a menos do que os trabalhadores de sexo masculino.

Os números do Caged foram divulgados ontem, pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, na sede da pasta, em Brasília. Ele não poupou críticas aos juros altos como um dos fatores do fraco volume de geração de emprego formal em janeiro, apesar da melhora em relação a dezembro, quando o saldo ficou negativo em 400.669.

Um dos diagnósticos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é que a Selic (taxa básica da economia) — atualmente em 13,75% ao ano —, mantida em patamares mais elevados pelo Banco Central para conter a inflação, tem prejudicado a atividade econômica, o que se reflete na renda e nas demissões dos trabalhadores. Na ata de seu último encontro de política monetária, realizado no início de fevereiro, o Banco Central já havia alertado para o enfraquecimento do mercado de trabalho.

Para Luiz Marinho, os juros no atual patamar penalizam a economia e o emprego, pois, o nível de endividamento das famílias e o comprometimento de renda em alta, somado ao aumento de despesas fixas em janeiro, levam as empresas a reduzir as contratações diante da expectativa de queda do consumo. "Janeiro é tradicionalmente um mês forte. Em janeiro de 2023, temos uma política monetária ainda restritiva. O Banco Central tem uma tarefa importante de monitorar o processo econômico para a retomada da economia. Os juros altos sacrificam demasiadamente a população de baixa renda do país", afirmou o ministro. "Em janeiro, apesar de todos esses 'senões', temos um saldo positivo nos empregos formais", frisou.

Atividade fraca

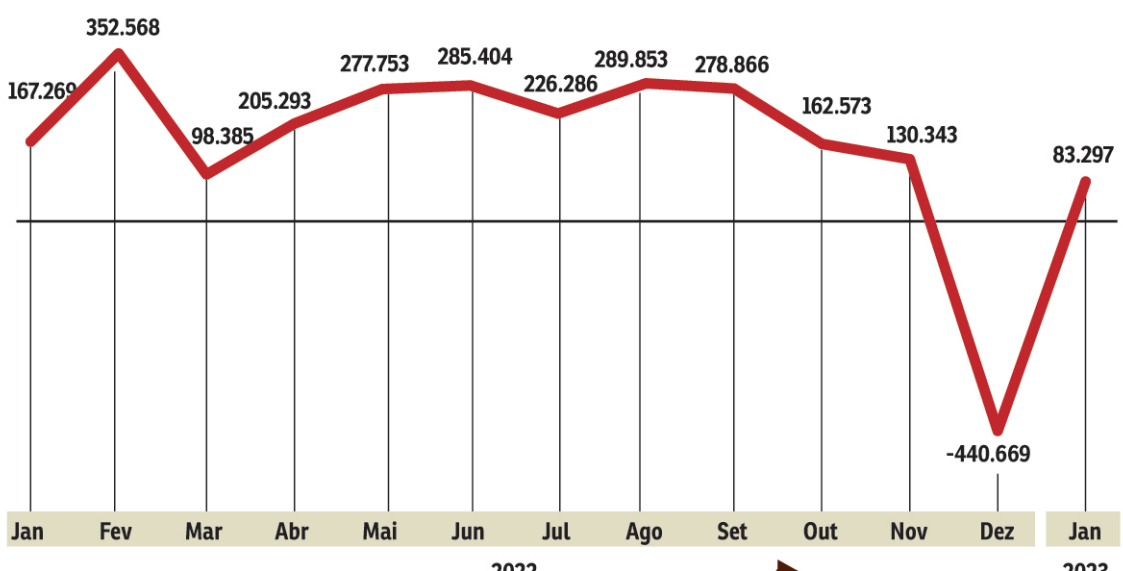
Analistas avaliaram os dados do Caged com cautela, pois janeiro é um mês tradicionalmente fraco no mercado de trabalho e a economia está em processo de desaceleração. Rafael Ribeiro, executivo de mercado e consultor corporativo, ressaltou que, apesar de os números serem positivos, há uma tendência de queda de refração da economia após a queda de 0,2% no Produto Interno Bruto (PIB) do último trimestre de 2022. "Temos uma movimentação de mudança de governo e de algumas coisas mais estruturais como o setor de construção civil, em cooperação com as mudanças do Minha Casa e Minha Vida", disse. "Existe um otimismo por parte do empresariado. Porém, quando vamos para setores como comércio em que dependemos do poder de compra do cliente para poder efetivamente prosperar, o clima é de pessimismo e os números do primeiro trimestre não estão bons", acrescentou.

De acordo com a consultora corporativa Juliana Alencar, CEO da Weird Garage, os dados do Caged refletem a insegurança do mercado sobre a taxa de juros. "Isso pode incentivar que os profissionais busquem os padrões de empregos formais, em vez de projetos autônomos, que era uma tendência a alguns meses atrás", observou. "As empresas estão entendendo cada vez mais a sua cultura e o tipo de profissional que esteja alinhado a ela. Por isso, têm optado por um time que entregue os resultados mas esteja alinhado a sua cultura", disse a analista.

Mercado incerto

Em janeiro, foram abertas 83.297 vagas de emprego formal no país, conforme dados do Caged. O saldo foi melhor do que o de dezembro de 2022, mas ficou 50,2% abaixo do resultado do mesmo mês do ano passado, refletindo o impacto da incerteza da atividade econômica em 2023

Vagas criadas



DESEMPENHO POR SEGMENTOS
Em janeiro foram criados empregos formais em quatro dos cinco setores da economia

Número de vagas criadas em janeiro

Serviços	40.686
Construção	38.965
Indústria	34.023
Agropecuária	24.147
Comércio	-53.524

Fonte: Novo Caged/Ministério do Trabalho e Emprego



Enfermeiros divididos

» MICHELLE PORTELA

A demora para a confirmação do novo piso salarial da enfermagem, que se arrasta há 30 anos e se intensificou na última semana, chegou a mais uma fase de embate entre a categoria, uma das protagonistas no combate à covid-19, e o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Sem resposta sobre a fonte de recursos para o pagamento do piso salarial da enfermagem, os trabalhadores prometem paralisações de 24h em pelo menos quatro estados para esta sexta-feira (10).

O ato convocado pelo Fórum Nacional da Enfermagem está confirmado em, pelo menos, quatro estados: Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Contudo, os profissionais da enfermagem não deverão participar do ato nacional com paralisações no Distrito Federal, uma vez que ainda existe a expectativa de publicação de uma medida provisória normatizando o tema ainda nesta semana, conforme prometido pelo próprio presidente.

"Tivemos vitórias importantes como a aprovação da EC 124, 127 e a Lei do piso. A categoria está aguardando a edição da medida provisória (MP). Apesar da demora, Ainda não temos nenhum fato que caracteriza um retrocesso", diz Jorge Henrique de Sousa e Silva Filho, do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiros).

Procurado, o Ministério da Saúde informou que aguarda a publicação da medida provisória. A pasta criou um grupo de trabalho formal para debater uma resolução com representantes do Fórum Nacional de Enfermagem, os conselhos nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

PETRÓLEO

Aumentam as críticas à taxação das exportações

» RAFAELA GONÇALVES

Petroleiras estrangeiras com operações no Brasil e partidos políticos entraram com ações pedindo o fim da cobrança do imposto sobre exportações de petróleo. A tributação foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no pacote de reoneração dos combustíveis, que entrou em vigor por medida provisória em 1º de março, e vem recebendo críticas.

O imposto teve alíquota estabelecida em 9,2% e é tratado pelo governo federal como forma temporária, com duração prevista de quatro meses, a fim de compensar parte da desoneração mantida sobre os combustíveis. Segundo estimativas da Fazenda, a medida pode despejar R$ 6,6 bilhões nos cofres públicos.

Foram citadas no pedido para o fim da taxação as petroleiras Equinor, Petrogal, Repsol Sinopec, TotalEnergies e Shell. "A medida, que foi anunciada sem um diálogo significativo com a indústria, joga incerteza sobre novas decisões de investimentos, afetando a competitividade do Brasil no setor de Exploração e Produção — em que o Brasil tem um forte potencial geológico", disse, em nota, a Shell Brasil.

A companhia é uma das principais parceiras da Petrobras no pré-sal e a segunda maior produtora de petróleo do país, atrás da estatal. Apenas no ano passado, a Petrobras recolheu o total de R$ 279 bilhões em tributos próprios, retidos e participações governamentais no Brasil. Esse valor representa um recorde anual da companhia e um aumento de aproximadamente 37,5% em relação a 2021.

Reprodução/Petrobras



Petrobras recolhe volume recorde de tributos em 2022: R$ 279 bi

A Equinor, por sua vez, afirmou que recorreu ao Poder Judiciário para deixar clara a preocupação da indústria petrolífera com a "previsibilidade nas estruturas jurídicas e regulatórias, com absoluto respeito aos contratos".

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) já havia iniciado um esforço grande junto a parlamentares no convencimento dos impactos negativos da medida lançada pelo governo não só para o setor petrolífero, mas para a economia brasileira. Em nota, o órgão disse que "a tributação das vendas externas, mesmo de forma temporária, pode impactar a competitividade do país a médio e longo prazos, além de afetar a credibilidade nacional no que tange a estabilidade das regras".

Além das petroleiras, partidos da oposição também já ingressaram com ações na tentativa de barrar o novo tributo. O PL se movimentou diretamente no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), alegando que o governo não pode criar impostos simplesmente para reduzir o déficit fiscal. O Novo enviou junto ao STF um pedido de medida cautelar, pedindo a suspensão do imposto. "O Poder Executivo alterou um imposto de exportação por meio de um subterfúgio. Há vício de forma, pois a alíquota não poderia ser modificada por Medida Provisória e precisaria respeitar a regra da anterioridade", explicou o presidente do partido Novo, Eduardo Ribeiro, ao protocolar a ação.

Por outro lado, entidades como a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) se posicionaram a favor da implementação do imposto. "Os agentes do mercado se acostumaram a trabalhar nos últimos anos de gestão da Petrobras como se a estatal fosse deles; ela é majoritariamente da União e, nessa condição, tem o direito de reavaliar o processo de privatização e defender a implementação de medidas, como o imposto de exportação sobre petróleo bruto", afirmou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.